

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 960.264 - DF (2016/0201083-8)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : **HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO**
ADVOGADOS : **LEOCÁDIO RAIMUNDO MICHETTI - DF009265**
IVO ESTÉFANO SILVA SIQUEIRA E OUTRO(S) - DF020262
CARLOS ANTÔNIO SILVA MACHADO E OUTRO(S) -
DF020798
AGRAVANTE : **DISBRAVE DISTRIBUIDORA BRASÍLIA DE VEÍCULOS S/A**
ADVOGADOS : **SEBASTIÃO ALVES PEREIRA NETO - DF016467**
FERNANDO PEREIRA ABREU E OUTRO(S) - DF024945
AGRAVADO : **DOMINGOS NUNES DOURADO**
ADVOGADOS : **PAULO VICTOR NUNES DE MELO E OUTRO(S) - DF025561**
JOSIANE PEDROSO - DF047671

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por DISBRAVE – DISTRIBUIDORA BRASÍLIA DE VEÍCULOS S/A contra decisão que negou seguimento a recurso especial, com fundamento na alínea “a” do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, em face de acórdão assim ementado (fls. 488/492, e-STJ):

CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATOS DE COMPRA E VENDA DE VEÍCULO E DE FINANCIAMENTO GARANTIDO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. OBJETO. VEÍCULO ZERO QUILOMETRO. RELAÇÃO DE CONSUMO. APERFEIÇOAMENTO. OMISSÃO DE CARACTERÍSTICA ESSENCIAL DO PRODUTO. DIVERGÊNCIA QUANTO À POTÊNCIA DO MOTOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. DEVER DE INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA. VIOLAÇÃO. ENTREGA AO CONSUMIDOR DE VEÍCULO COM POTÊNCIA INFERIOR. INADIMPLEMENTO CULPOSO DA CONCESSIONÁRIA. CARACTERIZAÇÃO. DESFAZIMENTO DO NEGÓCIO. RETORNO AO STATUS QUO ANTE. ARRAS E PARCELAS DO PREÇO. DEVOLUÇÃO DEVIDA. ABATIMENTO NO VALOR A SER DEVOLVIDO. IMPOSIÇÃO. USO E FRUIÇÃO DO VEÍCULO ENTREGUE. MEDIDA JUSTA E RAZOÁVEL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO. CARÁTER ACESSÓRIO. RESCISÃO. CONSEQÜÊNCIA. DANO MORAL. FATO GERADOR. INEXISTÊNCIA. OBRIGAÇÃO SOLIDÁRIA. INSTITUIÇÃO

FINANCEIRA E CONCESSIONÁRIA VENDEDORA. LEGITIMIDADE AD CAUSAM DA VENDEDORA E DO MUTUANTE FOMENTADOR DO EMPRÉSTIMO QUE VIABILIZARA A QUITAÇÃO DO PREÇO. RECURSO. PRINCÍPIO DA CONGRUÊNCIA. OBSERVÂNCIA. FATOS E FUNDAMENTOS APTOS A APARELHAREM O INCONFORMISMO E ENSEJAREM A REFORMA DA SENTENÇA. CONHECIMENTO DO APELO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.

1.A peça recursal guarda nítida similitude com a petição inicial, com a única ressalva de que, enquanto esta está destinada a alinhar os fatos e fundamentos aptos a aparelharem o pedido e moldá-lo de conformidade com o aduzido, aquela está volvida a infirmar o que restara originariamente decidido e a reclamar sua reforma na exata medida do veiculado e da intenção manifestada pela parte inconformada, estando debitado à parte recorrente o ônus de alinhar os argumentos aptos a desqualificar a decisão recorrida, sendo apto o recurso que observa estes requisitos, merecendo ser conhecido (CPC, art. 514, II e III).

2.Concertada compra e venda de veículo cujo preço fora parcialmente solvido através de mútuo bancário garantido por alienação fiduciária, alienante e mutuante estão revestidos de legitimidade para ocuparem a angularidade passiva da ação que tem como objeto o distrato do negócio originário - compra e venda e, como consectário, do empréstimo, com lastro na existência de falha no fornecimento ante a violação dos deveres de informação e transparência, notadamente porque não pode o negócio jurídico do qual participara e para cuja consecução concorrera ser debatido e resolvido sem a indispensável participação do mutuante na exata expressão do devido processo legal.

3. A instituição bancária, como agente financiador do mútuo que viabiliza a compra e venda de automotor, está inexoravelmente revestida de vinculação subjetiva com a pretensão deduzida pelo adquirente almejando a rescisão do negócio, a repetição do preço vertido e a composição dos danos que experimentara sob a alegação de vício do negócio advindo da divergência na potência do motor do automotor negociado, ficando patente sua legitimidade para ocupar a angularidade passiva da lide (CDC, art. 18).

4. Qualifica-se como relação de consumo, sujeitando-se ao regramento pelo Código de Defesa do Consumidor, a relação negocial traduzida em contrato de compra e venda de veículo novo entabulado

entre o destinatário final do produto e a revendedora e o contrato de financiamento adjeto à compra e venda, que ostenta natureza acessória em relação à compra e venda, à medida que envolve o negócio fornecedora de produto durável - veículo novo -, a instituição financeira mutuante e o destinatário final do bem e do serviço, ou seja, consumidor final dos produtos, enquadrando-se os contratos nas definições insertas nos artigos 2º e 3º do aludido estatuto legal.

5. À luz dos princípios norteadores da relação de consumo, é resguardado ao consumidor o direito primordial e inafastável de obter informação adequada, clara e precisa sobre os produtos ou serviços que lhe são disponibilizados, cabendo ao fornecedor o dever de atuar com transparência, lealdade e boa-fé na formação dos contratos de consumo, sob pena de responder pelos danos causados ao consumidor e pelo eventual desfazimento do negócio em face da gravidade das omissões havidas na que resultaram na sua formatação.

6. A concessionária de veículos novos que omite no instrumento via do qual fora consumada a compra e venda de automóvel novo característica essencial e fundamental do produto - potência do motor ensejando a aquisição pelo destinatário automotor com potência consideravelmente inferior à informada no momento da consumação da compra e venda, incorre em falha grave, acarretando nódoa ao negócio jurídico ante o vício substancial que o maculara, ensejando seu desfazimento se essa a opção do adquirente por ter adquirido produto desconforme com as características que lhe haviam sido asseguradas e repassadas.

7. Consubstancia inadimplemento culposo a entrega de veículo dissonante das características informadas que resultaram no aperfeiçoamento do negócio de compra e venda, determinando o vício o distrato da compra e venda por culpa exclusiva da concessionária ante a manifestação exteriorizada pelo adquirente, traduzindo a rescisão do negócio, sob essa moldura, simples consectário do inadimplemento da fornecedora, conduzindo à repetição de todas as parcelas vertidas pelo adquirente em razão do negócio, inclusive o sinal vertido e as parcelas de financiamento solvidas, como forma de serem repostos os contratantes ao estado em que se encontravam antes da realização do vínculo frustrado (CC, art. 418).

8. O negócio que envolve a compra e venda de automóvel com financiamento do preço convencionado por instituição financeira estranha àquela transação é complexo, à medida que, envolvendo originariamente somente vendedor e comprador, somente se

aperfeiçoa com a disponibilização do mútuo que viabilizará a quitação do preço originariamente convencionado por parte do agente financeiro, conquanto não tenha participado ativamente da escolha do bem e acertamento do preço.

9.A complexidade do negócio enseja que o não aperfeiçoamento ou distrato de um dos ajustes redunde na não efetivação ou infirmação de toda a relação jurídica, donde, distratada a compra e venda por culpa da vendedora por não ter entregue o automóvel negociado conforme convencionado, o financiamento subjacente que viabilizara a quitação do preço também deve ser rescindido por não se afigurar juridicamente viável que o adquirente continue enlaçado a obrigações originárias de empréstimo destinado à aquisição de veículo cuja aquisição restara frustrada, determinando seu desfazimento, assistindo-lhe, ainda, o direito de, se o caso, ser contemplado com a repetição do que despendera em razão do mútuo.

10. A obrigação de repetição do vertido pelo consumidor- adquirente alcança, de forma solidária, a vendedora e a instituição financeira que fomentara o empréstimo destinado à quitação do preço, tendo em conta que ambas concorreram para o desfalque patrimonial que experimentara, à medida que a vendedora, obviamente, em razão de ter alienado o veículo e sido agraciada com o equivalente ao preço, e a financeira em razão de, conquanto não tenha participado diretamente da compra e venda, ter sido a destinatária das parcelas vertidas, emoldurando-se a situação ao preceituado pelo artigo 7º, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor.

11. O efeito imediato da rescisão da compra e venda motivada pela inadimplência da fornecedora é a restituição dos contratantes ao estado em que se encontravam antes da entabulação do negócio, resultando que a repetição do que lhe fora destinado é corolário lógico e primário do desfazimento do contrato por sua culpa, não se mostrando, contudo, plausível que o adquirente seja contemplado com a devolução integral do que vertera mediante a simples entrega do veículo à concessionária, notadamente em se considerando que dele se utilizara normalmente por longo período, devendo a importância sofrer um decréscimo destinado à compensação do uso e fruição que tivera, obstando-se, assim, que haja enriquecimento ilícito de uma das partes.

12. O temperamento conferido aos fatos passíveis de serem tidos como geradores do dano moral, pacificando o entendimento segundo o qual os aborrecimentos, percalços, frustrações e vicissitudes que estão impregnados nas contingências próprias da vida em sociedade

não geram o dever de indenizar, ainda que tenham impregnado nos atingidos pelo ocorrido certa dose de frustração, amargura e preocupação, obsta o reconhecimento do dano moral e o deferimento de qualquer compensação decorrente dos dissabores e aborrecimentos derivados da rescisão do contrato compra e venda de veículo novo motivada pela inadimplência da concessionária se não ficara o consumidor desguarnecido do uso do produto que lhe fora fornecido à margem das condições ajustadas, devendo as implicações do inadimplemento ser resolvidas em perdas e danos materiais por estarem compreendidas na álea natural e previsível da relação obrigacional.

13. Apelações conhecidas. Preliminar rejeitada. Apelação da primeira ré conhecida e parcialmente provida. Apelações do autor e do derradeiro réu conhecidas e desprovidas. Unânime.

Os embargos de declaração, opostos por HSBC Bank Brasil S/A – Banco Múltiplo e Domingos Nunes Dourado, foram rejeitados (fls. 557/589, e-STJ).

Nas razões do recurso especial, a agravante alega violação aos arts. 421 do Código Civil; 6º, III, VIII, 14, 18 do Código de Defesa do Consumidor; 333, I, e 535, I, II, do Código de Processo Civil.

Aduz a ofensa ao princípio da conservação dos contratos, tendo em vista que, no caso concreto, a rescisão contratual não seria a medida mais adequada.

Sustenta que não foram preenchidos os requisitos para a inversão do ônus da prova e que o recorrido deveria ter comprovado a sua intenção de adquirir veículo com outras especificidades. Salienta, ainda, que não ficaram comprovados os elementos para a responsabilidade civil da empresa e que a produção de tais provas competia ao autor.

Acrescenta, por fim, que o acórdão foi omissivo no exame de suas razões.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 649/655, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Súmula nº 568, desta Corte, dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.

De início, anoto que não merecem prosperar as alegações de violação ao

art. 535, I e II do Código de Processo Civil. Isso porque a parte sequer apresentou embargos de declaração em face do acórdão do Tribunal de Justiça. Esse recurso foi manejado apenas pelo autor da ação e pela outra ré, HSBC Bank Brasil S/A – Banco Múltiplo.

O Tribunal de origem, baseando-se na interpretação dos fatos e das provas, concluiu pela ocorrência do inadimplemento contratual por parte da concessionária em razão da entrega, ao consumidor, de um veículo diferente das características informadas quando das tratativas. Salientou que a empresa não se desincumbiu de comprovar a regularidade do negócio, o que resultou na sua responsabilidade perante o adquirente (fls. 507/508, e-STJ):

Do exame dos elementos que foram coligidos aos autos não se verifica que a concessionária ré se desincumbira do ônus de comprovar a regularidade do negócio que entabulara com o autor, de maneira que, descurando-se desse encargo, escusara-se de colacionar aos autos qualquer prova hábil a evidenciar a legítima subsistência da compra e venda celebrada, afastando, assim, sua responsabilidade pelo fato do serviço. Vejamos.

Com efeito, conquanto tenha aventado a ausência de falha na prestação do serviço, elidindo a responsabilidade e o consequente dever de indenizar, fato é que a concessionária ré não desqualificara o aduzido mediante produção de prova destinada a corroborar o que afirmara em sua defesa, no sentido de que o veículo adquirido pelo autor teria sido entregue nos moldes ajustados no contrato, o qual, a seu turno, teria se embasado em proposta de orçamento fornecida por outra concessionária e apresentado pelo autor no ato da compra, que, segundo alegado, especificava que o modelo do veículo seria o Amarok CD 4x4, '122 cavalos'. Aliás, deve ser assinalado que a concessionária não coligira aos autos a aludida proposta da revendedora concorrente, sendo que sequer apresentara qualquer documento apto a subsidiar suas alegações, consoante lhe fora determinado quando fora invertido o ônus da prova, não se desincumbindo do ônus de comprovar fato extintivo ou modificativo do direito contra si postulado.

Entrementes, aliado a tal constatação, que desguarnece de verossimilhança as alegações articuladas em defesa, e, consoante denunciado pelas provas colacionadas aos autos durante a instrução processual, evidencia-se que, realmente, a concessionária ré não pode ser eximida da responsabilidade que lhe fora imputada em razão

da falha na prestação dos serviços. Isso porque, de acordo com o estampado na Nota Fiscal de compra, consta somente a descrição do veículo zero quilômetro, faturado em nome do autor, como sendo VW Amarok Cabine Dupla 4x4, motor 2.0, sendo que no local descritivo da potência, consta somente, e de forma irregular, a palavra "diesel", resultando a nefasta conclusão no sentido de que a concessionária ré, de fato, omitira característica essencial do produto, permitindo, assim, que o autor incorresse em erro, acreditando estar adquirindo veículo com a potência de '163 cavalos'.

A pretensão de reforma do acórdão por parte da concessionária, em razão da suposta violação dos arts. 6º, III, 14 e 18 do Código de Defesa do Consumidor e 333, I, do Código de Processo Civil não merece prosperar, uma vez que, para tanto, seria imprescindível o reexame do conjunto fático-probatório, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor da Súmula 7 do STJ.

Também não se verifica a ofensa ao art. 421 do Código Civil pelo argumento de que a solução adequada ao caso seria a manutenção do contrato e não a sua rescisão. Diante do inadimplemento contratual do fornecedor, não sendo o vício sanado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, ao consumidor são apresentadas diversas alternativas, podendo esse exigir o cumprimento de qualquer uma delas (art. 18, § 1º, Código de Defesa do Consumidor). No presente caso, o adquirente optou pela devolução do veículo, com a restituição das parcelas pagas. Não há que se falar, portanto, em violação ao princípio da conservação dos contratos.

Anoto, em seguida, que esta Corte Superior tem entendimento no sentido de que a inversão do ônus da prova na hipótese dos autos é regra de instrução e depende da hipossuficiência técnica do consumidor ou da verossimilhança de suas alegações, não se operando de forma automática pela simples existência de relação de consumo.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/73). AÇÃO INDENIZATÓRIA. REVELIA. EFEITOS. NÃO AUTOMÁTICOS. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CRITÉRIO DO JUIZ. PRETENSÃO DE REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 7/STJ. PLEITO INDENIZATÓRIO. PRETENSÃO DE REVISÃO DO

JULGADO. NÃO CABIMENTO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 7/STJ.

1. Conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a revelia não importa em procedência automática dos pedidos, porquanto a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor é relativa, cabendo ao magistrado a análise conjunta das alegações e das provas produzidas.

2. Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a inversão do ônus da prova fica a critério do juiz, segundo apreciação dos aspectos de verossimilhança da alegação do consumidor e de sua hipossuficiência, conceitos intrinsecamente ligados ao conjunto fático-probatório dos autos delineado nas instâncias ordinárias, cujo reexame é vedado em sede especial.

3. Para prevalecer a pretensão em sentido contrário à conclusão do tribunal de origem, seria necessária a revisão do conjunto fático-probatório dos autos, o que, como já decidido, é inviabilizado, nesta instância superior, pelo Enunciado n.º 7/STJ.

4. A reapreciação do conjunto fático-probatório carreado aos autos, providência vedada em sede de recurso especial por força do óbice contido no Enunciado n.º 7/STJ, impede o conhecimento do recurso por ambas as alíneas do permissivo constitucional.

5. Não apresentação pela parte agravante de argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada.

6. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(AgInt no REsp 1601531/DF, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 29/11/2017)

De todo modo, entendo que a revisão do julgado recorrido a fim de verificar se estariam presentes, ou não, os requisitos necessários à inversão do ônus da prova fica igualmente obstada pela incidência da Súmula 7 do STJ, uma vez que dependente de reexame de matéria fática.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CPC DE 1973 NÃO OBSERVADA. AÇÃO INDENIZATÓRIA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. PRINCÍPIO DA PERSUASÃO RACIONAL OU LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. REEXAME

FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não há falar em violação ao art. 535 do Código de Processo Civil de 1973, pois o Tribunal a quo resolveu as questões pertinentes ao litígio, mostrando-se dispensável que tivesse examinado uma a uma as alegações e fundamentos expendidos pela parte. Além disso, basta ao órgão julgador que decline as razões jurídicas que embasaram a decisão, não sendo exigível que se reporte de modo específico a determinados preceitos legais.

2. A revisão do entendimento delineado pelo Tribunal a quo, no tocante à inversão do ônus da prova, demandaria a incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado ante a Súmula 7 do STJ.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 780.589/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 14/4/2016)

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora